

Nº 504 AGOSTO 2011

Jovem Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA

Director Igor Carvalho Directores-Adjuntos André Valentim, João Correia e Susana Guimarães

Equipa Responsável Alexandra Domingos, Bruno Domingos, Guido Teles, Mariana Burguette, Marta Pereira, Richad Majid e Vasco Casimiro

**SUMMER
FEST**
**ESTÁ DE
VOLTA**

Partilha 
IGUALDADE



Debates • Formação política
Tertúlias • Concertos • Movimentos sociais
Actividades desportivas e culturais

 juventudesocialista.org

 facebook.com/JuventudeSocialistaPortugal



Política de juventude: desafios à escala global

» O Dia Internacional da Juventude que assinalámos no passado dia 12 de Agosto representou uma oportunidade única para aprofundar o debate em torno das políticas públicas para a área da juventude, uma vez que marcou também o encerramento da comemoração do Ano Internacional da Juventude.

A aposta na emancipação jovem deve representar um eixo prioritário desta reflexão. A criação de efectiva igualdade de oportunidades, correctora de assimetrias económicas, sociais ou regionais, carece de uma intervenção dinamizadora por parte do Estado e de outras entidades públicas. Ela assenta na garantia dos direitos sociais consagrados na nossa Constituição, e que expressamente revelam o carácter transversal das políticas de juventude, particularmente no que respeita ao primeiro emprego, à dignificação das relações laborais e ao acesso à habitação.

Num momento de crise e especial dificuldade para os jovens na obtenção do primeiro emprego, os sinais a dar devem ser de reconhecimento da necessidade de uma estratégia vocacionada em especial para o combate ao desemprego e à precariedade laboral entre os jovens.

Esta é, aliás, uma das áreas em que o balanço do Ano Internacional da Juventude nos inspirará na intervenção a desenvolver nos próximos tempos. Não só a reunião de alto nível realizada em Julho, em Nova York, o confirmou, como a Assembleia-Geral da ONU veio reiterar a necessidade de

uma intervenção coordenada à escala global que promova o combate ao desemprego, com vista ao desenvolvimento pessoal dos jovens e à sua inserção na vida activa.

Por outro lado, a criação de uma agência especializada das Nações Unidas para a Juventude foi um tema central de discussão durante o Ano Internacional, representando uma oportunidade de melhorar a governação global na área das políticas transversais de juventude. Não obstante o extenso debate sobre o tema, não foi ainda possível concretizar este objectivo de criação da agência, mas ele deve ainda assim inspirar a nossa intervenção no plano nacional.

De facto, quer no que respeita à transversalidade das políticas de juventude, quer no que se reporta à existência de organismos vocacionados para a sua implementação, muito podemos retirar para o plano nacional dos debates que decorreram no contexto do Ano Internacional.

O actual Governo deve empenhar-se em abandonar o que aparenta ser uma secundarização da intervenção na juventude, patente num programa de Governo pouco claro e pouco ambicioso (por vezes perigosamente contraproducente no plano laboral), bem como repensar a opção de eliminar a autonomia dos serviços públicos

que, como o Instituto Português da Juventude, asseguram a execução das políticas de juventude. Se no plano internacional é esse o passo em frente que falta dar e para o qual se revelou grande vontade política no último ano, entre nós foi esse o passo atrás dado recentemente, representando um retrocesso de vários anos e desalinhando a nossa estratégia com os objectivos globais.

A JS empenhar-se-á particularmente na promoção dos objectivos traçados no balanço do Ano Internacional da Juventude, uma vez que representam uma investida na área que elegemos como prioritária, a redução do desemprego e garantia de direitos nas relações laborais, abordando a temática já na próxima Comissão Nacional, a realizar em Santa Cruz, Torres Vedras, em 27 de Julho.

O debate e as iniciativas públicas que o Ano Internacional da Juventude desencadeou e as conclusões a que se chegou, representam, uma oportunidade irrecusável para demonstrar o carácter determinante e indispensável do papel das políticas públicas na emancipação e realização pessoal e cívica dos jovens.

PEDRO DELGADO ALVES
Secretário-Geral da JS

A PAZ, O PÃO. E A HABITAÇÃO?

Ao longo do século XX o estado português foi desenvolvendo diversos programas e projectos de intervenção na construção de habitação a baixos custos, assumindo genericamente, a sua promoção directa, através, por exemplo do programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local)¹ lançado a seguir à Revolução de Abril pela mão do Arquitecto Nuno Portas. No entanto, com a entrada de Portugal na então CEE (Comunidade Económica Europeia), o Estado optou nas últimas décadas por apoiar e incentivar o acesso ao crédito para aquisição de habitação própria, resultando numa explosão do mercado imobiliário, sobretudo na cintura periférica das grandes cidades. Se por um lado esta situação tornou-se benéfica para o comum do cidadão, que por esta via melhorou as suas condições de alojamento, por outro, esta mudança de paradigma na política de habitação, nomeadamente no que respeita à intervenção do estado, renegou para segundo plano o mercado de arrendamento já débil a priori.

É certo que o reavivar do mercado imobiliário, e conseqüentemente a expansão dos aglomerados urbanos garantiram também às autarquias grande parte da sua fonte de financiamento, porém, este crescimento urbano não se traduziu necessariamente em desenvolvimento urbano, tendo a actual crise financeira mundial desvendado a insustentabilidade da construção desenfreada, agudizada pela “ganância” do lucro quase instantâneo. Aliás, basta uma breve reflexão sobre as nossas cidades e facilmente detectamos as inúmeras bolhas imobiliárias despoletadas pelo excesso de oferta e da sua sobrevalorização.²

A política pública de habitação não pode ser desconectada da política de desenvolvimento das cidades, e se queremos devolver os centros urbanos às populações, nomeadamente

aos mais jovens, terão que ser construídas políticas de incentivo à reabilitação e ao arrendamento visto que está esgotado o modelo anterior de aquisição. O próprio NRAU (Novo Regime de Arrendamento Urbano) lançado em 2006 teve como intuito agilizar do mercado arrendatário, nomeadamente através da actualização das rendas, na revisão da duração dos contratos e dos próprios processos de despejo. Relativamente ao modelo de expansão dos limites das cidades, este processo deve na minha opinião, seguir o modelo optado em muitos dos países do norte da Europa, onde a política de solos prevê a taxação das MVU (mais-valias urbanísticas) dos solos passíveis de urbanização, inclusive de solos agrícolas em perímetro urbano. Desta forma, a especulação em torno destes territórios torna-se diminuta e as MVU adquiridas pelo Estado serão canalizadas para a criação das infra-estruturas necessárias colocando-as ao serviço da sua população. O artigo 65º da Constituição Portuguesa consagra como fundamental o direito à habitação. É preciso coragem política para o cumprir.

RITA MARTINS *Secretária Nacional*

¹ Constituído em Agosto de 1974, o SAAL teve como objectivo a promoção de habitação de populações alojadas em situações precárias, constituindo equipas técnicas de apoio descentralizadas.

² Assumindo o risco desta comparação, torna-se interessante observar as implicações sociais, políticas e económicas que a crise imobiliária provocou nos EUA, onde milhares de pessoas perderam as suas habitações como consequência dos incumprimentos financeiros, ou da própria Islândia, onde a loucura da especulação imobiliária contribuiu substancialmente para o actual estado de bancarrota.



Sustentabilidade, um desafio

» Nos últimos anos o mundo mudou muito. Em 2007/2008 assistiu-se a uma crise de especulação sobre o valor do petróleo, que fez este recurso atingir um máximo de \$145,91 por barril. De forma expedita, os diferentes líderes mundiais reuniram-se para a apresentação de medidas alternativas.

Entendeu-se que seria urgente a alteração do modelo energético, tanto do lado da produção, como do lado do consumo. Assim, muitos países deram prioridade a programas já existentes de produção de energia a partir de fontes renováveis ou a partir de fontes fósseis menos prejudiciais para o meio ambiente, como o gás natural. Da mesma forma, também se procurou reduzir o desperdício energético do lado do consumidor final, tendo-se para tal introduzido campanhas de incentivo à racionalização da energia e tendo-se chamado os produtores mundiais a colaborar na apresentação de soluções que fossem energeticamente mais eficientes (como exemplo têm os produtores automóveis, e os fornecedores de equipamentos industriais, e de soluções para o cliente doméstico).

As previsões para os próximos anos colocam-nos numa equação de difícil resolução: como responder à procura energética crescente, cumprindo simultaneamente os objectivos mundiais de redução das emissões e a segurança de abastecimento? Para além da instabilidade do custo dos combustíveis fósseis, dever-se-á ter em conta que um aumento do nível de vida dos países desenvolvidos e um aumento de população mundial levará certamente a um aumento na procura energética, que deverá ser compensado com maior eficiência no consumo. Da mesma forma, a produção energética dever-se-á apoiar de forma crescente em fontes renováveis (em Portugal 52,1% da energia produzida em 2010 já teve como base fontes renováveis), modernizando-se simultaneamente a base fóssil do actual sistema de produção para recursos que emitam menos CO₂, como seja o gás natural (em Portugal, a reconversão da Central da Tapada do Outeiro é um destes exemplos). Do lado do consumidor, a eficiência exige-se em aspectos como a redução de desperdícios nas rotinas e processos diários, na contenção dos impactos ambientais resultantes dos processos industriais e agrícolas ou numa mobilidade mais inteligente.

No caso da mobilidade¹, as responsabilidades são tripartidas: produtores, consumidores e entidades governamentais. Os produtores de veículos têm melhorado consideravelmente na eficiência dos motores de explosão, na aerodinâmica e na relação peso/potência útil disponível, reduzindo assim os consumos e emissões de gases nocivos (CO₂ e NO_x) para potências semelhantes. O desenvolvimento de soluções híbridas e de tracção eléctrica são igualmente um sinal de futuro na mobilidade sustentável, faltando no âmbito do veículo eléctrico dar importantes passos na autonomia e tempo de carregamento das baterias, assim como na preparação da rede eléctrica

de distribuição para os picos de carregamento expectáveis (desenvolvendo-se assim as smart grids). Os condutores têm igualmente responsabilidade, já que a redução de consumos e emissões passa também pela adaptação a uma condução homogénea, em termos de velocidade (evitando-se travagens e acelerações subsequentes). No que respeita às entidades governamentais, a sua responsabilidade na área da mobilidade sustentável passa pela promoção do desenvolvimento dos transportes públicos, de forma a responder eficazmente às necessidades das populações. No caso português, um dos passos passa por integrar os diferentes operadores e adaptar os horários e percursos aos padrões de deslocação das populações (para além do desenvolvimento da infra-estrutura). É igualmente necessário fazer chegar a informação às populações, devendo-se criar um calculador dos itinerários nacionais de transportes públicos, semelhante ao existente para as deslocações rodoviárias (comum em países como a Holanda, Alemanha, Bélgica ou Dinamarca). Criar as condições em termos de infra-estruturas para o desenvolvimento do veículo eléctrico e assumir a construção de redes intermunicipais de ciclovias é outro dos desafios das entidades governamentais portuguesas nos próximos tempos.

O desenvolvimento sustentável também se pratica pela forma como tratamos e organizamos os nossos espaços comuns. A introdução de políticas de ordenamento eficazes e planeadas permitirá que em áreas como a floresta, solos, orla costeira ou parques naturais tenhamos salvaguardado os ecossistemas existentes, numa salutar convivência com práticas económicas de sustentabilidade comprovada. O princípio de salvaguarda dos espaços comuns também se aplica à temática da água que deverá manter-se na esfera da gestão pública, como forma de assegurar a segurança e a qualidade do abastecimento de um recurso que é de todos.

Somos relembrados da importância do investimento em desenvolvimento sustentável sempre que nos surge uma catástrofe ambiental, assistimos a factos decorrentes das alterações climáticas ou ainda quando vemos o barril do petróleo a atingir novos máximos. Devemos contudo entender a importância da sustentabilidade como um princípio de acção no nosso quotidiano, segundo o qual temos uma responsabilidade colectiva por um planeta que alberga o nosso espaço comum. E é esse espaço que queremos deixar em melhores condições para as futuras gerações.

ARTUR PATULEIA *Secretário Nacional*

¹ O sector dos transportes é responsável por 25% das emissões de gases de efeito de estufa no espaço da União Europeia.



Pagar mais impostos “é uma cena que a mim não me assiste!”

As fortunas dos homens mais ricos do mundo não param de aumentar. Vejamos por exemplo o caso português, situação relativamente modesta no que toca a grandes fortunas, isto, se olharmos para a lista Forbes 500 e constatarmos que são apenas 3 os portugueses que figuram nesta tribuna dos Multimilionários. Ainda assim, em Portugal, a fortuna dos mais ricos aumentou 17,8% em relação a 2010. O que parece difícil de entender dado o momento conjuntural em que vivemos, contudo, a realidade é que em tempo de crise as classes mais baixas perdem poder de compra e as mais altas mantêm ou ganham. É claro que estamos a falar de uma classe à parte.

Nos Estados Unidos um grupo de milionários encabeçado por Warren Buffett (O maior accionista da Agência de Rating Moody's) pediu à administração Obama para acabar com as isenções fiscais e aumentar os impostos aos mais privilegiados. O mesmo aconteceu com os afortunados Franceses que pediram que fosse criada uma taxa extraordinária sobre os mais ricos. Em Portugal perguntaram ao empresário Américo Amorim, curiosamente, o homem português mais bem posicionado na Lista Forbes 500, se estaria disposto a fazer o mesmo e resposta foi curta: “Não me considero rico, sou um trabalhador”.

A ideia de que os que mais têm mais devem contribuir, não deveria ser algo que estivesse apenas conotado ao ideário político dos partidos tradicionalmente de esquerda, antes pelo contrário, deveria ser algo inato numa sociedade que não está estruturada de forma a permitir que em períodos de dificuldades económicas os mais ricos sejam os mais responsáveis pela recuperação económica dos países.

Um bem haja aos milionários que tiveram a iniciativa de pedir aos respectivos governos para pagar mais impostos. Talvez o governo português o faça por cá sem que lhes seja pedido...

Igor Carvalho
DIRECTOR DO JOVEM SOCIALISTA

» igorcarvalho@juventudesocialista.org



Quase futuro

» *O Arco Ribeirinho da Margem Sul (ARS) é um projeto muito ambicioso, pensado à semelhança do que foi a Parque Expo, mas neste momento não há condições para avançar. Demorará décadas, por isso não será seguramente neste contexto que o projeto vai avançar.*

Assunção Cristas Ministra da Agricultura, Ambiente, Mar e Ordenamento do Território · 19 de Agosto de 2011

» *O Ministério da Economia e Emprego vai cancelar parte do investimento contratado com a subconcessão do Baixo Tejo, eliminando 6 dos 10 troços que compõem o empreendimento adjudicado em 2009 ao consórcio liderado pela Brisa. (...) Ainda que nalguns casos os trabalhos no terreno estejam já em estado avançado, o Governo pretende atuar, onde for possível, na maioria destas vias, seja cancelando a construção de troços que ainda não se iniciou, seja cortando a manutenção e conservação contratada pelo prazo da concessão.*

Jornal de Negócios · 22 de Agosto 2011

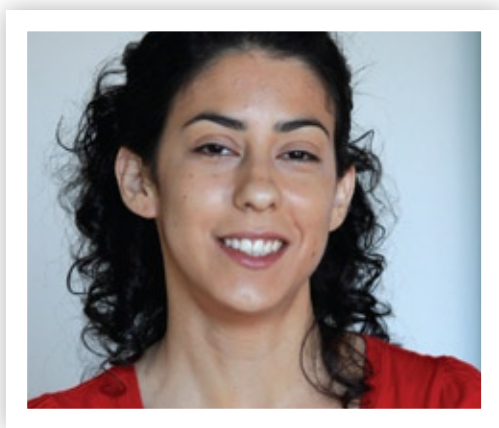
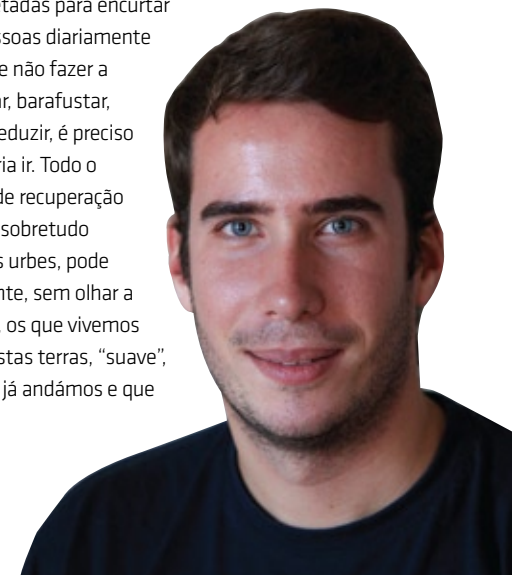
Não deixa de ser surpreendente que, em apenas 4 dias, o Governo, mesmo com super ministras e ministros, tenha conseguido puxar de forma tão célere e decisiva o tapete ao desenvolvimento estruturante da margem sul do Tejo e, com a sua veia reacionária, retardar as aspirações de cerca de 400 mil pessoas que por cá habitam (contando apenas Almada, Barreiro e Seixal). No fundo, o projeto até é interessante mas pode esperar; no fundo, o Arco Ribeirinho Sul até tem as contas equilibradas e auto impõe-se a impossibilidade de criar encargos para o Estado, gerando receitas próprias, mas tem de ser extinto; no fundo, é um plano de reconversão de terrenos industriais, como aconteceu na zona oriental de Lisboa nos idos (e longínquos) anos 90, para recuperar áreas fortemente penalizadas pelas indústrias pesadas da primeira metade do século XX, mas neste contexto não (frase ignominiosa, esta do

contexto que, no fundo, apenas significa que esta não é a altura de governar para as pessoas, que a urgência é outra, que a hora é de governar com e para os números).

O Barreiro não tem de viver envergonhado do seu passado industrial; o passado que formou a sua identidade foi moldado pela alma de milhares de pessoas que todos os dias entregaram o corpo para a construção de um projeto que revolucionou e modernizou toda a produção industrial em Portugal. E o coração desta revolução, esta ficou indelevelmente manchado, corroído pelas marcas contaminantes que não puderam ser eliminadas da marcha do progresso. E quando a Siderurgia Nacional e a Lisnave ebuliam, produzindo, reparando, transformando, criando o que a todos servia, eram o Seixal e Almada que efervesciam vendo o futuro ganhar contornos cinzentos. O tempo chegou em que estas antigas vilas, as que se transformaram em cidades albergue de quase meio milhão de pessoas, perderam a sua pujança industrial, fruto dos tempos do comércio e dos serviços, da “modernidade” global. Passadas algumas décadas de declínio acentuado desta indústria, os monstros decrépitos do passado rico e produtivo persistem e as manchas permanecem nos corações das gentes.

A herança pesa porque poucos querem saber do que aqui se passa. Que importância tem? Quem aguentou 13 anos para que se corrigisse um erro estratégico no planeamento rodoviário desta região, com uma ponte que serviu a pouco mais gente que aquela que a construiu e planeou (e continua a “gerir”), aguenta certamente outros tantos, até que o contexto volte a ser favorável. E que importância tem que os barreirenses tenham de pagar portagem para entrar e sair da sua cidade e outra taxa para usufruir do trabalho que se concentra na capital? E se as vias de comunicação projetadas para encurtar distâncias e reduzir o tráfego de milhares de pessoas diariamente têm de ser canceladas, mesmo que isso implique não fazer a sua manutenção, de que vale sequer argumentar, barafustar, protestar, contestar? É preciso cortar, é preciso reduzir, é preciso ir mais além do que o além que por cá anda queria ir. Todo o trabalho que se vem fazendo nos últimos anos de recuperação e reconversão das áreas industriais decadentes, sobretudo de planeamento estratégico, rara coisa por estas urbes, pode facilmente ser travado sem explicação convincente, sem olhar a custos e riscos, danos e consequências para nós, os que vivemos por cá e por cá nos sentimos. Gente serena por estas terras, “suave”, como se diz agora do lado do Atlântico por onde já andámos e que também ajudámos a encontrar. Será?

JOÃO ALBUQUERQUE
Secretário Nacional



A LÍBIA DE AMANHÃ

De acordo com Daniel Serwer, do Council of Foreign Relations, parecem desenhar-se duas soluções, ambas abrangendo um cenário de potencial instabilidade: a hipótese da decapitação do regime e de conseqüente vazio de poder na capital, o que poderá provocar uma grande instabilidade política e social, mas envolve melhores possibilidades de um verdadeiro corte com o passado e a adoção de um regime democrático; e a hipótese de uma solução negociada, que parece ter menos riscos de instabilidade no período subsequente à queda de Khadafi, mas que apresentaria também menos condições para uma verdadeira transição para um regime democrático, por terem que ser acomodadas todas as tendências políticas.

Neste contexto, é muito importante que o Conselho Nacional de Transição esteja à altura de preencher rapidamente o vazio de poder, deixando a menor margem possível para cenários de instabilidade política e social que podem originar ondas de insurreição ou actividade criminosa. No entanto, nenhuma situação de normalização parece ser possível sem a continuação do apoio internacional, seja a nível militar (visto as forças de segurança internas se encontrarem descredibilizadas) através de uma eventual força de manutenção da paz,

seja em apoios à governação em áreas especializadas, civis e militares. Isto, sem nunca perder de vista que é aos Líbios a quem deve ser deixado o poder de se organizarem e decidirem sobre o seu futuro.

É aqui que a União Europeia terá um papel fundamental, no apoio à manutenção da paz, na promoção da estabilidade interna e no apoio à governação através do envio de técnicos especializados, promovendo reais laços de boa vizinhança. O longo caminho para a democracia não se resume aos últimos 6 meses em que o apoio internacional passou, essencialmente, por auxílio militar. É necessário começar a inculcar desde já os princípios e ideais democráticos e o estado de Direito. Só assim é possível criar uma verdadeira “democracia de fundo” e não apenas um regime em que os líderes são escolhidos por meio do voto.

Temos uma oportunidade histórica à nossa frente para fazer valer os ideais que subjazem à construção europeia e agir em conformidade. Será a Europa que temos capaz de estar à altura do desafio?

MAFALDA SERRASQUEIRO
Secretária Nacional · Vice-Presidente da ECOSY

No momento em que escrevo este artigo, parecem faltar dias, ou mesmo horas para o derrube total do regime de 42 anos de Muammar Khadafi. A revolta, iniciada a 17 de Fevereiro a partir de Bengazi, inspirada nas revoluções tunisina e egípcia, demorou seis meses a atingir a capital líbia, e parece estar à beira de um desfecho favorável aos rebeldes. Resta agora saber como irá Khadafi abandonar o poder: negociando previamente um exílio ou, alternativamente, acordando a entrega do poder, sob condições, garantindo a protecção dos seus interesses e dos seus familiares.



Um Governo de fantasia

» O novo Governo português de direita, empossado a 20 de Junho, pode caracterizar-se em primeiro lugar pela sua imaginação fértil e hábil em contrariar tudo o que os partidos da coligação prometeram e se comprometeram com os portugueses na campanha eleitoral.

FANTASIA

s. f.

1. Sinónimo de imaginação.
2. Vontade passageira.
3. Ficção.

Em segundo lugar, está a vontade passageira e mais rápida que alguns veículos a transitar numa faixa de via verde, em produzir algumas mudanças de hábitos políticos, que ao longo dos últimos anos foram o pai nosso de cada dia dos dirigentes do PSD e do CDS-PP. Por último, ficção é o que se pode encontrar em balanços e declarações públicas que alguns governantes têm produzido acerca de resultados que não se devem à acção deste recente executivo.

Sejamos claros, o PSD e o CDS-PP, iniciaram o seu Governo, desdizendo-se quanto às profissões de fé quanto à possibilidade de aumentar impostos e falharam o compromisso de despartidarizar a administração pública directa e indirecta, como disse é exemplo a nomeação da nova administração do banco público. Pedro Passos Coelho falhou na promessa populista de não gozar férias. Afinal, hoje, a governação já lhe parece diferente do que era há uns tempos atrás, exactamente quando a posição de cadeiras não era a que é hoje.

O novo Governo, prometendo realismo e trabalho, brin-

dou os portugueses com um balanço dos seus primeiros trinta dias – pasme-se! –, uma acção que só se pode entender como fazendo parte da colectânea de imaginação que povoa os corredores deste novo poder de direita. Quem pensando que já tudo tinha visto, agora pode crer que todas as práticas anteriores se encontravam ultrapassadas, isto porque, balanços de 100 dias ou de 1 ano de Governo agora já não estão na moda.

A crescer a este início de pompa e circunstância, ainda há direito a um brinde neste género de bolo rei fora de época natalícia, como são chamadas de teste para o INEM, petições da JSD de apoio aos jovens atletas portugueses ou um representante do Secretário de Estado da Juventude se apresentar mudo numa actividade para comemorar o Dia Internacional da Juventude.

Visto isto, e muito mais, é caso para perguntar: quando pensam começar a governar?!

E este governar significa muito mais do que dizer que não se iria desculpar com a herança recebida. Hoje pouco sabemos se o PSD e o CDS-PP têm medidas para revitalizar a economia e gerar emprego. Do actual governo não se sabe a perspectiva que tem sobre a importância dos programas de estágios profissionais que foram sendo desenvolvidos nas duas anteriores legislaturas. Com este governo a política

de juventude é tão sombria como a fusão feita às três pancadas do IPJ, FDTI, Movijovem e IDP.

Estes dois primeiros meses de Governo PSD-CDS são uma fantasia demasiado cara para o país suportar, isto porque não lhe trouxeram qualquer benefício. Estes dois primeiros meses nada têm a ver com um “Hé-la! He-hô! H-o-o-o-o!” da Ode Triunfal de Álvaro de Campos, porque a êxtase deu lugar às férias, os compromissos à falta aos mesmos, o falado rumo à ausência de GPS, a credibilidade financeira internacional à vitimização face à notação financeira e as boas notícias de desempenho económico viram a sua paternidade ser assumida por outros. Eis um Governo fértil em mudança, das suas próprias ideias. Quanto a nós, cá estaremos para defender a saúde pública face à tentação de deixar aos privados, tal como acontece com a escola pública e a segurança social. Cá estaremos na linha da frente da defesa das preocupações principais dos jovens portugueses, no emprego, no empreendedorismo, na habitação e nos direitos fundamentais. Só assim, com a determinação que nos marcou sempre, estaremos prontos para fazer frente ao nevoeiro e à fantasia.

TIAGO GONÇALVES *Secretário Nacional*

EMANCIPAÇÃO A QUESTÃO VITAL

Na actualidade, a inserção na vida activa é a questão que mais preocupa os jovens e a chave mestra para a sua emancipação. Um país onde os jovens não têm oportunidades é um país sem futuro e resignado. Nos momentos de crise, são muitas vezes relegadas para segundo plano as suas aspirações e especificidades, sobretudo quando os governos não estão sensibilizados para esta realidade.

Ao longo das últimas décadas, Portugal fez um esforço assinalável de promoção de políticas públicas de emprego. Chegadas a este momento, julgo que convergimos no sentido de reconhecer que só uma aposta articulada em políticas de juventude fomentadoras da emancipação poderá derrubar esta condição de iminente fragilidade a que os jovens estão sujeitos, e que sentem sobretudo quando concluem os estudos. Ademais, só uma aposta robusta e concertada em grande escala dotará os Estados-membros da União Europeia das condições necessárias para superar esta crise global, evitando uma conflitualidade social crescente que tem deixado marcas um pouco por todo o mundo.

Os desequilíbrios a que temos vindo a assistir na economia potenciaram a convicção – não fundamentada – de que estudar não vale a pena. Esta convicção, partilhada por muitos portugueses, obriga a uma profunda reflexão sobre a forma como a sociedade tem interpretado a evolução do mercado de trabalho. Combater este lugar-comum exige perspectivar de forma integrada e transversal as políticas da juventude, no domínio das qualificações, da habitação e do emprego. Particularmente neste último domínio, importa relevar o papel que os estágios profissionais têm desempenhado para fazer face à crise e proporcionar aos jovens uma oportunidade. Essa aposta foi ganha e não deve apenas manter-se, como ser reforçada e corrigida nos aspectos menos positivos que decorreram da sua última revisão. Os estágios profissionais acabaram por, numa questão tão relevante como a remuneração, estabelecer-se como uma

referência para a contratação por parte de entidades privadas, pelo que os seus critérios de fixação devem ser encarados como uma ferramenta no combate à precariedade.

Nos próximos anos, todos os instrumentos que, directa e indirectamente, interferem com o acesso ao mercado de trabalho deverão ser ponderados de acordo com a realidade com que o país se depara. O acesso às profissões e os numerus clausus não são excepção. Em Portugal, a oferta de ensino superior público tem sido determinante para um acesso cada vez mais abrangente a este patamar de formação. Este é o momento para ter em atenção a regulação que o Estado exerce sobre a entrada de estudantes no ensino superior, uma vez que os critérios vigentes nos remetem vezes sem conta para lógicas financeiras e não para o interesse geral da comunidade. O mesmo sucede, embora com outros contornos, no caso das ordens profissionais. Para lá da problemática do emprego entre os jovens detentores de um curso superior, existe uma realidade mais oculta mas não menos preocupante. Dentro de cada geração, existe uma geração que fica sempre um pouco mais para trás: aquela que está desprovida de uma voz activa na sociedade, porque não lhe foram proporcionadas todas as oportunidades de qualificação. É a esses jovens, muitos dos quais ainda distantes das tecnologias de informação e comunicação, que se devem dirigir, com especial incidência, as políticas activas de emprego, evidenciando de forma inequívoca o seu carácter atenuador das desigualdades que subsistem no nosso país.



JOÃO TORRES *Secretário Nacional*



Summer Fest 2011 em marcha

» A Juventude Socialista organiza este ano, entre os dias 25 e 28 de Agosto, a segunda edição do seu acampamento de Verão, na praia de Santa Cruz, em Torres Vedras.

O evento, com carácter bienal, representa uma oportunidade para combinar o convívio entre militantes e simpatizantes da JS e todo o País no período do Verão com a realização de actividades de debate e formação política e tertúlias informais, complementadas por actividades recreativas, culturais e desportivas.

A edição deste ano, subordinada à temática da Igualdade, conta com um programa político centrado no combate às discriminações, na igualdade no acesso e no exercício de relações laborais e na definição de propostas políticas tendentes

à criação de um modelo económico e social marcado pela promoção da igualdade, enquanto valor fundamental de políticas públicas à esquerda. Para além disso, a JS conta ainda com a participação da bolsa de formadores da ECOSY (Jovens Socialistas Europeus), na co-organização de acções de formação sobre direitos LGBT e sobre combate a fenómenos de extrema-direita xenófoba.

No quadro de uma causa internacional abraçada pela JS, da autodeterminação do Sahara Ocidental, contaremos ainda com a presença de representantes da Frente Polisário e da Juventude da Frente Polisário, que farão o balanço do estado actual da questão saharauí.

No decurso do evento, reunirá a Comissão Nacional da Juventude Socialista, para análise da situação política actual e discussão de propostas a apresentar no reinício dos trabalhos parlamentares, bem como as demais estruturas sectoriais da JS (ONESES, ONESEBS e ANJAS).

Tratando-se também uma excelente oportunidade para uma troca de ideias alargada e aberta à sociedade civil, a JS disponibiliza um espaço para todas as associações, ONGs e movimentos sociais que pretendam divulgar o seu material informativo, organizar exposições ilustrativas das suas actividades ou desenvolver acções de sensibilização vocacionadas para a população mais jovem e realizaremos sessões de trabalho com diversas organizações que desenvolvem actividades na área da igualdade e da promoção do associativismo jovem.

Finalmente, no Sábado, dia 27 de Agosto, pelas 17h30, contaremos com a presença do Secretário-Geral do Partido Socialista para a conferência de encerramento do evento, marcando a centralidade da aposta no desenvolvimento de políticas de juventude estruturadas e na aposta na igualdade como valor fundamental dessa aposta.

SUMMERFEST 2011 PROGRAMA DE FORMAÇÃO E DEBATE POLÍTICO

QUINTA-FEIRA 25 DE JULHO

20h00 SESSÃO DE ABERTURA DO II SUMMERFEST DA JS

Pedro Delgado Alves SECRETÁRIO-GERAL DA JS
Carlos Granadas PRESIDENTE DA FRO JS
Rui Prudêncio PRESIDENTE DA FRO PS
Cláudia Ferreira PRESIDENTE DEPARTAMENTO FEDERATIVO DAS MULHERES SOCIALISTAS DA FRO
Carlos Bernardes PRESIDENTE DA CONCELHIA PS TORRES VEDRAS

20h30 CERIMÓNIA DE HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DE UTOYA

21h00 TERTÚLIA: 100 ANOS DE REPÚBLICA, 100 ANOS DE LAICIDADE

António Reis ANTIGO DEPUTADO PS, PROFESSOR NA FCSH (A confirmar)
Pedro Delgado Alves SECRETÁRIO-GERAL DA JS
Ricardo Alves ASSOCIAÇÃO REPÚBLICA E LAICIDADE

SEXTA-FEIRA 26 DE JULHO

11h30 WORKSHOP · ACTIVISMO LGBT E NOVOS DESAFIOS

Rita Paulos RAINBOW ROSE PORTUGAL
António Serzedelo OPUS GAY

WORKSHOP · COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL E XENOFOBIA

Joana Ruivo - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (UNIDADE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE E DISCRIMINAÇÃO)

WORKSHOP · GÉNERO E RELAÇÕES LABORAIS

Lígia Amâncio PROFESSORA NO ISCTE-IUL, ANTIGA PRESIDENTE DA COMISSÃO IGUALDADE E DIREITOS DAS MULHERES

14h30 WORKSHOP · IGUALDADE NO ACESSO A PROFISSÕES REGULADAS

Joana Pascoal PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS ADVOGADOS PORTUGUESES
Filipe Pacheco PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO IST
Rui Franco ARQUITECTO, ANTIGO DIRIGENTE ESTUDANTIL

FORMAÇÃO ECOSY (Jovens Socialistas Europeus) *Direitos e activismo LGBT*

16h30 MESA REDONDA INTERNACIONAL - AUTODETERMINAÇÃO DO SAHARA OCIDENTAL

Omar Hassena Ahreyem FRENTE POLISARIO
Degyia Ali Salem Mohamad UJSARIO

17h30 Encontro de militantes da Organização de Estudantes Socialistas do E. Superior

Encontro de militantes da Organização de Estudantes Socialistas do E. Básico e Secundário

18h30 CONFERÊNCIA: IGUALDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE CRISE - UMA VISÃO SOCIALISTA

Elza País DEPUTADA À AR, ANTIGA SECRETÁRIA DE ESTADO DA IGUALDADE
Elísio Estanque INVESTIGADOR DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS (UNIVERSIDADE DE COIMBRA)

21h00 Tertúlia: 50 anos de início da Guerra Colonial **Vasco Lourenço** PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

SÁBADO 27 DE JULHO

11h30 WORKSHOP · CASAMENTO E PARENTALIDADE

Fábio Astrobello JOVENS DO PARTIDO DEMOCRÁTICO ITALIANO
Isabel Advirta ILGA PORTUGAL

FORMAÇÃO ECOSY (Jovens Socialistas Europeus) *Lidar com a extrema-direita xenófoba*

14h00 REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AUTARCAS SOCIALISTAS

REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DE SAÚDE

15h00 REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA

17h30 SESSÃO PÚBLICA COM:

António José Seguro SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Pedro Delgado Alves SECRETÁRIO-GERAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA
Carlos Miguel PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

21h00 TERTÚLIA: BALANÇO E DESAFIOS DOS PRIMEIROS QUATROS ANOS DA DESPENALIZAÇÃO DA IVG

Ana Jorge DEPUTADA À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, ANTIGA MINISTRA DA SAÚDE